

Governo prepara novo tributo sobre a banca

O Governo parece decidido a tributar mais a banca. O ministro das Finanças, Miranda Sarmiento, pretende lançar um novo imposto, na primeira metade do próximo ano, na sequência da decisão do Tribunal Constitucional em considerar a taxa adicional de solidariedade inconstitucional. O Executivo vai avançar com cuidados redobrados para que o novo imposto possa passar no crivo do tribunal. O ministro admitiu que o tributo criado em 2020 o foi de uma forma algo apressado, tendo em conta a situação do momento.

AICCOPN muda designação

A AICCOPN passa a denominar-se Associação dos Industriais da Construção e Obras Públicas Nacional e com uma nova identidade institucional, reforçando a sua missão e representatividade. Consolida-se como instituição de referência para todas as empresas da construção e atividades conexas e afirma o seu carácter nacional. Fundada em 1892 e com mais de seis mil associados, a associação entra agora numa nova etapa da sua história com a adoção de uma nova denominação e identidade gráfica.

PEDRO FERRAZ DA COSTA, PRESIDENTE DO FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE, AFIRMA

Portugal precisa de empresas maiores e impostos mais baixos

Em entrevista à “Vida Económica”, Pedro Ferraz da Costa, presidente do Fórum para a Competitividade, defende que o futuro da economia portuguesa depende do aumento da dimensão das empresas e de uma reforma fiscal que estimule o investimento. “A pequena escala tira competitividade às empresas”, afirma, acrescentando que “Portugal devia ter uma taxa de IRC de 15%, como a Irlanda”.

VIRGÍLIO FERRERA
virgilioferreira@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica – Afirmou que Portugal continua a enfrentar um bloqueio estrutural no crescimento e na produtividade. Que medidas concretas considera indispensáveis para que o OE2026 possa, de facto, estimular o aumento da dimensão e da competitividade das empresas portuguesas?

Pedro Ferraz da Costa – Há várias medidas repetidamente referidas. No que respeita a todos os incentivos, precisamos que sejam simples e rápidos, sobretudo para as empresas de menor dimensão.

Os inimigos das empresas – e há-os em todos os partidos – não têm querido aprovar incentivos adaptados à respetiva dimensão. Dizem que é inconstitucional!

Omitindo que têm sido aprovados incentivos fortemente desiguais, nomeadamente na política energética, e que, normalmente, não há publicação dos resultados obtidos.

Cito, como exemplo de áreas muito opacas, os subsídios aos combustíveis e às renováveis. Temos de reconhecer que os apoios financeiros tendem a distribuir recursos pelos grandes, que já cresceram.

A classe política gosta de tributar e de ficar com o dinheiro para distribuir sob a forma de subsídios. Não nos devemos surpreender que a rentabilidade do nosso sistema económico seja baixa.

VE – Tem referido que Portugal está “ao nível dos piores” em matéria de fiscalidade. Que alterações estruturais ao sistema fiscal considera prioritárias para tornar o país mais competitivo no contexto europeu?

PFC – Temos um sistema fiscal que, no essencial, foi preparado na sequência da



“Os inimigos das empresas – e há-os em todos os partidos – não têm querido aprovar incentivos adaptados à respetiva dimensão”, afirma Pedro Ferraz da Costa.

aprovação da Lei Geral Tributária e refletia a visão do professor Sousa Franco. Reconheço que fez um esforço para modernizar as suas ideias iniciais, que representavam uma visão muito estatista da sociedade, com um poder quase absoluto do Estado. De qualquer forma, posso afirmar que todas as mudanças introduzidas depois do professor Sousa Franco pioraram o sistema fiscal.

Houve uma alteração posterior, também muito importante, quando o novo diretor-geral dos Impostos introduziu prémios aos funcionários relacionados com a cobrança que faziam e que, em muitos casos, não passavam em tribunal tributário, mas obrigavam o contribuinte a pagar primeiro, protestar depois e viver em incerteza durante longos períodos. A complexidade do nosso sistema agrava ainda mais esses inconvenientes.

É, aliás, uma grande vantagem do investimento direto estrangeiro ter a fiscalidade fixada por contrato, porque os investidores assim o exigem, refletindo a pouca confiança no Estado português.

VE – A reduzida dimensão média das empresas continua a ser apontada como um travão ao desenvolvimento económico. Que papel pode o Estado ter, através do OE2026, na promoção de fusões, capitalização e crescimento das empresas?

PFC – Há já alguns anos que o Fórum

para a Competitividade estuda profundamente esse assunto e apresentou à anterior equipa da Economia uma proposta que permitiria desburocratizar os pedidos de fusões e concentrações de empresas, garantindo segurança jurídica e uma base para

decisões automáticas em grande parte dos casos. Continuamos a aguardar uma resposta.

O nosso principal objetivo, resultante de reflexões feitas durante o período da pandemia, era responder ao problema de um número muito elevado de

empresas em Portugal, criadas no pós-25 de Abril, que precisam neste momento de mudar de geração ou encerrar.

O aumento da escala obtido pela concentração de empresas seria também muito positivo, pois a pequena dimensão de muitas delas retira-lhes competitividade – dificilmente conseguem explorar mais do que um ou dois mercados externos, têm dificuldade em crescer e em alargar a gama de produtos.

Independentemente destas medidas para aumentar a escala das empresas, existe uma de carácter geral: temos uma taxa nominal de IRC muito elevada. Não há fundamento para tentar convencer os investidores de que em Portugal podem pagar impostos mais altos do que, por exemplo, em Espanha. Aliás, por razões fiscais de concorrência, temos impostos mais elevados do que Espanha, taxas de juro mais altas e preços de combustíveis superiores.

O defensor da competitividade

Pedro Ferraz da Costa é presidente do Fórum para a Competitividade, entidade que fundou em 2012 para promover o crescimento económico sustentado e o aumento da produtividade em Portugal. Economista e empresário, foi também presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) e é uma das vozes mais influentes no debate sobre políticas públicas e competitividade empresarial.

A solução passa por admitir que o crescimento é importante, que deve ocorrer em setores modernos e absorver pessoas mais qualificadas, o que implica uma taxa de imposto mais baixa. Devíamos ter 15%, como tem a Irlanda. Se há dificuldades em acomodar esta redução no Orçamento do Estado, o Governo terá também de reduzir a despesa pública. O que não pode é hipotecar o futuro com uma atitude complacente perante o crescimento contínuo da despesa.

VE – Disse que a falta de produtividade está a travar o crescimento dos salários e o emprego dos jovens qualificados. Que políticas públicas poderiam criar um círculo virtuoso entre produtividade, inovação e rendimentos?

PFC – O círculo virtuoso passaria pela diminuição da taxa de IRS, que é absurdamente elevada para quem tem mais qualificações. Defendo a isenção das remunerações ligadas à produtividade e aos resultados da empresa, com o objetivo de criar uma ligação virtuosa. Também as remunerações sob a forma de prémios deviam ser isentas de contribuições para a Segurança Social, como, aliás, já foram.

VE – O Orçamento foi elogiado por garantir estabilidade, mas criticado por falta de ambição. Considera que essa estabilidade é suficiente para atrair investimento, ou Portugal corre o risco de ficar preso a um modelo de baixo crescimento?

PFC – Portugal tem registado, há anos, taxas de crescimento inferiores às que devia atingir. As constantes alterações de políticas públicas, uma opinião pública influenciada por ideologias de extrema-esquerda e uma mentalidade avessa à mudança fazem com que se tenha medo de viver noutra enquadramento, mesmo quando se conhece a realidade de familiares emigrados noutros países europeus.

Porque é que as pessoas não acreditam que podemos mudar o sistema para melhor? Não sei responder.